

O TEATRO COMO FERRAMENTA ABOLICIONISTA[1]

Jefferson Gonçalo do Carmo[2]

Resumo
O presente artigo tem como objetivo discutir a importância do uso dos teatros para a propagação do ideal em relação ao fim da escravidão na província de Pernambuco. O ano de 1884 foi de grande importância para o movimento abolicionista, com o fim da escravidão em algumas províncias, principalmente no Ceará fazendo com que as atividades em relação a libertação dos escravizados se intensificassem em vários locais do império e as ações dos pernambucanos estiveram a todo vapor no combate ao cativeiro.

Palavras-chave: Abolição. Pernambuco. Teatro.

O movimento abolicionista toma forma no começo da década de 1880, quatro anos depois que se iniciou a caminhada entorno da questão da libertação dos escravizados as ações se intensificaram, pois, será nesse ano que a província do Ceará vai declarar ser um território livre da escravidão e nesse contexto se tornando de grande importância para a caminha pelo alvedrio dos escravizados em vários pontos do império, já em Pernambuco, justamente por sua proximidade esse momento vai ser bastante celebrado pela contribuição que o Ceará proporcionou aos abolicionistas. Agora com um local que não mais existia o modelo servil, o movimento mais radical vai encontrar um espaço favorável para dar fuga aos escravizados pernambucanos, por outro lado, as associações emancipacionistas, ainda continuaram mantendo as práticas conservadoras de libertações, dialogando com os senhores para a conquista das manumissões. Tão logo se obteve a informação sobre o Ceará a sociedade *Nova Emancipadora* solicitou a divulgação em todos os jornais de uma nota em que se posicionava sobre o acontecimento.

> Libertação do Ceará, 25 de março. – A sociedade Nova Emancipadora reuniu-se domingo, 2 do corrente, em sessão extraordinária para tractar do melhor modo de solemnisar-se nesta capita a libertação da província do Ceará que terá lugar no dia acima

[1] O texto constitui-se de uma parcela de um dos capítulos da dissertação de mestrado do autor.
[2] Mestrando em História pela UFPE. E-mail: jefferson.historia2010@gmail.com



> consignado; tendo comparecido a esta reunião o Club Abolicionista, na pessoa de seu presidente o Sr. Dr. Barros Sobrinho (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Revista Diária, 4 de março de 1884, p. 3).

A intenção da nota era informar ao público leitor recifense pertencente de todas as classes que a reunião seria em conjunto com o *Clube Abolicionista* para realização de uma comemoração e deixando de pronto aviso sobre a festividade. Foi decidido pelas diretorias das duas sociedades a realização de uma matiné, com a iluminação do jardim com luz elétrica, pois seria essa uma das simbologias do progresso em contraposição as trevas que era a escravidão, como também a concessão de cartas de liberdade e de um álbum oferecido ao Ceará. Foi definida uma comissão que se encaminhou até o palácio do governo para comunicar a presidência sobre as festividades, que não mediu esforços para atender os pedidos, além de se comprometer em estar presente no dia das festividades e também conceder cartas de liberdade.

A mesma comissão também se dirigiu até o Coronel Reinanx que conferiu para as comemorações a banda do corpo da polícia como também foi concedida pelo Coronel do Arsenal de guerra outra banda musical. Para contribuir com a iluminação elétrica a junta dos clubes se dirigiu até o Dr. Feitosa. E para as comemorações, duas cartas de liberdades foram doadas por um senhor cearense que não teve seu nome revelado. Contando com tantas contribuições já é possível imaginar que a festividade foi de grande impacto na capital pernambucana. E observando a programação ficamos cientes de quão grandiosa foi a mesma sendo defendida da seguinte forma: **LIBERTAÇÃO DO CEARÁ**: Festa Nacional 25 de março.

Iniciação da Festa: Com uma salva de 21 tiros deu abertura a festa sendo também o sinal para a reunião de todos os abolicionistas no campo das princesas, que estava convenientemente ornamentado.

Matine: ao som de músicas marciais percorrerão as principais ruas da capital, seguindo depois até a frente do Telegrafo Nacional, onde a comissão expediu um telegrama saudando a província do Ceará.

O Livro de ouro: ficou exposto no pavilhão do Campo das Princesas com o oferecimento: *Pernambuco ao Ceará livres, 25 de março de 1884* e que foi assinado por todas as pessoas que se deleitassem pelo acontecimento.



Sociedades convidadas: foram todas as sociedades do Recife convidadas onde o nome de cada uma constaria no alto de cada página do Livro de Ouro, e constando com as assinaturas dos membros.

Libertações: foi promovida o maior número de libertações possível, e as cartas foram entregues no mesmo dia. A primeira página do Livro de Ouro ficou disponível para a assinatura dos proprietários de escravos que no dia concedessem a alforria para seus escravizados de forma gratuita, sendo que as cartas deveriam chegar ao conhecimento da comissão completamente legalizadas.

Assinatura no Livro de Ouro: às 17h o presidente da comissão depois de realizar um rápido discurso sobre o assunto entregou as cartas de liberdade que foram descritas no Livro ao lado dos nomes das pessoas que as concederam. Logo após foi aberta a inscrição no mesmo, sendo após isso executado o hino nacional pelas bandas marciais seguindo a inscrição dos convidados e outras pessoas.

Festa no Jardim: completamente iluminado por lâmpadas elétricas que fizeram a magia do momento por todo o evento, também houve bandeiras, flamulas e cartazes comemorativos que ornamentaram o pavilhão do jardim. Sendo também composta por quatro bandas de músicas, fogos, lanternas entre outros elementos que foram denominadas como NACIONAL.

Apelo aos cearenses: tal apelo foi direcionado a todas e todos os moradores do Ceará que se declaravam verdadeiramente patriotas que contribuindo com a data não deveriam mais possuir escravizados. E as pessoas que honraram o momento, teriam seus nomes de forma nítida no Livro de Ouro.

Apelo ao Público: foi feito o apelo aos moradores de Recife, em especial aos que residissem na praça Conde d' Eu, Rua da Imperatriz, Nova, Cabugá, Primeiro de Março e Imperador que ornamentassem as varandas de suas casas e as iluminassem durante a noite e também que participassem da festa com a intenção de construir o caráter verdadeiramente popular da festa.

Já apontamos anteriormente que o uso da iluminação foi um dos tantos símbolos do movimento abolicionista, no exemplo que apontamos, onde foi o escolhido nome de NACIONAL, para as luzes que enfeitaram o jardim das Princesas, o título foi concedido pela comissão como uma forma de glorificar o primeiro passo dado pelo Brasil na questão da liberdade, ou seja, como é a



representação do progresso que o país iria alcançar ao seguir os passos dos cearenses, em contrapartida a escuridão que se figuraria a continuidade do modelo.

Já no interior de Pernambuco, na Vila de Quipapá, aconteceu a festa que também homenageava a libertação do Ceará. Às 20h incidiu no prédio municipal da vila uma reunião onde após o responsável pela festa realizar um breve, porém, brilhante discurso na presença de vários convidados, conferiu um tributo ao evento sendo duas cartas de liberdade. Foram agraciadas a escravizada Francisca de 30 anos que pertencia a D. Tereza de Jesus e outra ao cativo Paulo de 45 anos que havia trabalhado para a D. Amélia Eufrosina. Em relação a quantia levantada para a compra das manumissões, a libertanda teve a arbitração de 500$000 já para o outro foi de 100$000 por suas senhoras contando também com a ajuda de alguns amigos das mesmas. Não faltaram quem tomasse a palavra para divagar regozijando-se em relação a completa liberdade da negra Francisca, como também para desejar votos de que em um prazo de cinco anos estivesse toda a Quipapá livre do cancro da escravidão. Ao que nos mostra a notícia, também foi criado na vila uma sociedade abolicionista chamada *25 de Março*. A festa foi embalada pela banda de música *Canhotinhense* e da câmara municipal se dirigiram os presentes para a casa do professor Sr. Brandão onde a festa foi até às 2h da manhã

Dando continuidade as atividades em Recife e com o espirito renovado por conta da conquista do Ceará, as ações estiveram a toda. Na capital a *Caixa Emancipadora Piauiense* fez uma série de conferencias no *Santa Isabel* para discutir a questão dos escravizados em Recife. Na sua 2º conferencia contou com a presença do ídolo do povo, José Mariano e conclamou a presença das famílias recifenses, além de nomear uma comissão para o recebimento de contribuições financeiras para a causa.

De volta ao teatro abolicionista, a companhia dramática Julieta dos Santos que era dirigida por Moreira de Vasconcellos, subiu em cena pela primeira vez na capital pernambucana o drama abolicionista em 3 atos escrita pelo dramaturgo rio-grandense Arthur Rocha expressamente para a “fenomenal” atrizinha brasileira que dava nome a companhia. A obra se chamava: *A Filha da Escrava*. A atriz infantil teve grande destaque propagandístico para a peça, tanto é, que seu nome aparece em letras garrafais.



Para terminar o espetáculo teve a representação da comédia em 1 ato também escrita pelo senhor Azevedo *Amor por Annexins*. A nossa fenomenal atriz mirim, foi de acordo com a propaganda do evento a única capaz de competir por seus dotes artísticos com a artista italiana Gemma Cuniberti. Simbolicamente, a presença de Julieta também fazia parte do repertório abolicionista (ALONSO, 2015). Além da participação na *Filha da Escrava*, veremos a atrizinha Julieta dos Santos sendo noticia novamente, quando a mesma também deu ar de sua graça na peça *O Demônio Familiar*.

Quando o *Clube Ceará Livre* decidiu realizar a primeira matine abolicionista no *Santa Isabel* em 4 de maio foi possível observar mais uma vez a participação da prodigiosa Julieta, dessa vez a mesma esteve em companhia da atriz D. Francisca Leal trabalhando na comedia *Diabruras de Julieta*. E veremos Julieta voltar ao palco para recitar uma poesia em homenagem ao Ceará. Mas para abrir a noite, aconteceu o concerto da orquestra do *Clube Dramático Familiar* e uma conferência do também abolicionista Martins Junior. Sobre o *Clube Dramático Familiar* destacamos que tal clube mesmo não se reconhecendo como uma associação abolicionista, esteve à frente de outros espetáculos que tinha a intenção de combater o modelo de trabalho vigente. O mesmo foi fundado em 1882, e por meio da leitura do seu estatuto no artigo 1º fica claro qual era o seu principal fim: “cultivar o estudo e fazer desenvolver o gosto pelas artes Dramáticas e musical.” (IAHGP,1885). Não tendo, afinal, a intenção declarada de lutar em prol dos escravizados, pelo menos não em seu estatuto, porém isso não impediu que o mesmo clube estivesse inteirado e participasse nas questões então discutidas em relação ao modelo de trabalho servil.

Quando em abril a companhia do Sr. Vasconcellos levou aos palcos novamente a pequena Julieta na comedia que levava seu nome, também foi encenado o drama *O Anjo da Vingança*. E para complementar a noite, foi convidado para abrilhantar ainda mais a noite o abolicionista e um dos responsáveis pela libertação da província cearense o Jangadeiro Nascimento este que já era esperado e que estava vindo no vapor Ceará. O papel dessa classe de trabalhadores foi de grande importância para o movimento cearense, de acordo com Maria Emília ao abordar as ações naquela província:



> Quanto ao movimento antiescravidão cearense, em particular, ele reuniu pessoas de diferentes estratos sociais, a exemplo dos jangadeiros em sua maioria mulatos, pardos e negros que costumeiramente transportavam cativos para alguns negociantes até que no começo da década de 1880 recusaram-se a pôr os escravos em suas embarcações. Essa ação dos jangadeiros foi bastante noticiada em Fortaleza e tais medidas geraram um movimento com forte participação popular fortalecendo a luta abolicionista, que empregou métodos legais e ilegais para libertar os cativos e culminou na abolição promovida no ano de 1884 na Província do Ceará. Este movimento se tornou um exemplo inspirador e de grande repercussão nas diversas províncias do Brasil (2015, p. 162).

E veremos mais uma vez a presença de Julieta dos Santos em um espetáculo pomposo dessa vez em benefício da pequena atriz. Além dela também foi consagrada a sociedade *Ceará Livre*. Depois do hino artístico composto pelo maestro Brazilicio de Souza que foi oferecido a atriz mirim, subiu a cena a opera em 2 atos *Arthur*, traduzido e ilustrado pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, onde a pequena Julieta também esteve presente. Logo após foi a vez da comedia escrita por Francisco de Freitas que também foi oferecido a pequena, denominada *A Vingança de Belú* sendo posteriormente recitado a poesia abolicionista escrita por Moreira de Vasconcellos em homenagem ao clube chamada *A Tragédia no Eito*. Para fechar a noite em grande estilo com a encenação da comédia *Os Sustos* que também foi desempenhada pela pequena espetacular artista que terminava com o tango da opereta *O Piriquito* dançado por Julieta e Jesuína Leal. Tendo durante os intervalos a execução por parte das orquestras diversas peças, que foram dedicadas a reputada atrizinha que recebeu o título de “Cunnibert brasileira”.

No dia 8 de maio o *Clube Dramático Familiar* realizou um evento em benefício do cativo Jonas e que contou com a participação mais uma vez da “Cunnibert brasileira”. Depois que a orquestra do mesmo clube composta por músicos amadores sob a direção do maestro Marcelino Cleto ter executado uma das suas sinfonias, subiu em cena o drama em 1 prologo e 4 atos *Jocelin ou o Marinheiro da Martinica.* E em um dos intervalos o público foi agraciado com mais uma aparição da menina Julieta dos Santos que recitou a poesia abolicionista *Homenagem ao Ceará*. Nos intervalos duas bandas marciais executaram as melhores músicas do seu repertório e para fechar o evento a cômica: *Aguentem-se no balanço*. Toda a renda foi revertida para o beneficiado da noite, o cativo Jonas, que contou com o auxílio e



os generosos sentimentos dos corações abolicionistas e esperando que se fosse dispensada toda a proteção antecipando por parte do liberto o eterno agradecimento aos presentes.

A sociedade *Ave Libertas*, também foi agraciada por um evento em seu benefício sendo o *Teatro Santa Isabel* o escolhido para o espetáculo. O drama escolhido foi *Gonzaga* ou *Revolução das Minas*. A peça em 4 atos foi escrita pelo Poeta Castro Alves e foi representado aqui pelos acadêmicos da faculdade de Direito. O drama histórico que acontece nas Minas Gerais nos três primeiros atos e no Rio de Janeiro no último sendo uma releitura do autor sobre a revolução mineira. Mesmo sem se caracterizar por ser abolicionista, a obra discute em vários momentos a questão da escravidão e da liberdade, como podemos observar nas passagens a seguir:

No primeiro ato há um diálogo entre Gonzaga e Luiz que ao que parece foi um escravizado pertencente ao primeiro e que foi posteriormente alforriado. O liberto na sua fala demonstra a angústia de ter sido libertado por Gonzaga e não ter como retribuir. “[...] não posso pedir confiança, mas é que doi muito de ver tudo e não poder pagar-lhe nada em consolação. Vm. me deu a liberdade e eu sou inútil.” (ALVES, 1875, p. 1).

Para Gonzaga, no entanto, a amizade construída entre os dois seria mais valorosa que o dinheiro investido na compra da alforria. “cala-te, tu não me deves nada. Não achas que um amigo vale mais que alguns cruzados?” (*Idem*, p. 2). Contudo, para Luiz o entendimento do conceito de liberdade para quem viveu o cativeiro é algo que ultrapassa o entendimento da sociedade branca.

> [...] quem é branco, que é feliz não pode compreender esta palavra – liberdade. Não passa de uma bonita coisa, mas para nós, não. Sabeis o que ela é para o pobre cativo? – É ouvir pela madrugada o canto dos passarinhos de Deus sem o canto do chicote do feitor – é quando o sol tine do pino do meio dia não sentir o fogo lavrar a pele nos canaviais e a noite me vez da embriaguez da aguar ardente que mata a vergonha, beber o ar puro da família que mata o vício (ALVES, 1875, p. 2).

Na visão de Gonzaga a escravidão é um mal social, contudo, ainda há muito o que fazer por Luiz: “E entretanto, meu amigo, a escravidão é uma parasita tão horrivelmente robusta que deslocada do tronco vai fanar os ramos da vida. Tu és



livre, mas eu ainda não pude restituir-te a tua família." (Idem, p.2). Há em uma determinada passagem a crítica em relação a separação das famílias cativas, em especial a família do liberto quando ele lamentando-se sobre sua ex-esposa: "minha mulher, oh! Sim ele era minha mulher... e tão minha que um dia levaram-na" (*Idem*, p. 2). Sobre essa questão, Clovis Moura aponta que o escravizado enquanto ser alienado pode possuir outros bens, mas não o direito sobre o seu corpo segundo Moura:

> O que deve se destacar é que o escravo é um ser *estruturalmente alienado*, isto é, ele pode inclusive possuir bens pessoais e até pequenas propriedades, mas o que ele não possui e não pode possuir enquanto escravo é o seu próprio ser, que é propriedade de um terceiro. Esta condição de alienação total da pessoa do escravo, ou seja, a impossibilidade de ele possuir o seu próprio corpo, que funciona como mercadoria de um proprietário estranho, é que configura a essência do sistema escravista e não possíveis diferenças no nível de estratificação da pessoa do escravo dentro desse sistema (1988, p. 193).

De volta a obra vemos as lamentações do negro Luiz em relação a seus sonhos obliterados por conta da questão da escravidão:

> Ah! É que foi loucura do triste escravo, querer ter um leito abençoado por Deus, querer que a mulher que amou, no momento de receber o primeiro beijo, fosse bem-dita pelos anjos e chamada pelo santo nome de esposa!... Mas ah! Que quereis? Aos desgraçados só resta o amor e eu dizia então comigo: amemo-nos infelizes, amemo-nos cativos. Ainda nos resta uma ventura sofremos, lutamos, temos o chicote nos ombros, a ignominia na alma, mas ainda há na terra um balsamo para o corpo, um balsamo para o coração – o amor de uma mulher – o amor de uma esposa (ALVES, 1875, p. 2).

Em outro momento, Gonzaga pergunta a Luiz o que ele faria por um homem que prometesse devolver a sua filha, Luiz responde: "Minha filha!... Eu cairia de joelhos, com a minha cabeça branca varrendo os pós de seus pés, eu lhe diria: Oh! Dai-me a minha pequena, dai-me a pôr piedade, pela capela de vossa irmã, pelas lagrimas de vossa mãe." (*Idem*, p.3).

Gonzaga, então continua para ver até onde iria Luiz para conseguir recuperar a sua filha. "e se este homem quisesse ainda mais? Responde Luiz:



> que me resta mais, meu Deus? Mas não, ainda posso dar alguma coisa, ainda tenho uma faca na cinta, uma mão no pulso, um coração no peito, uma cabeça nos ombros... E se este homem existisse eu lhe diria: esta faca é vossa, este braço é vosso, este coração é vosso, esta cabeça é vossa, mas em troca do pouco que vos dou, dai-me minha filha (Idem, p. 3).

Gonzaga ao perceber que Luiz realmente faria qualquer coisa pela sua filha até mesmo entregar a sua cabeça a esse salvador então diz para o ex cativo: “Pois bem, Luiz, em nome da revolução tua cabeça é minha.” (p. 3).

A revolução, é se não, a independência da colônia em relação a Metrópole que em seu modo de governo freava todos as formas de progresso nas Minas. A situação vivida pelos colonos na mão da metrópole era, então, semelhante a escravidão e de acordo com Gonzaga: “o povo não se moverá. Dirá: tendes razão. Tirai-me deste poste, socorrei-me porque eu estou covarde como o escravo grego. Oh! Meus senhores, é horrível o domínio de um povo sobre o outro.” (p. 6). Logo seria a revolução que modificaria a estrutura social vigente e como disse o liberto Luiz: “os escravos sonham com a liberdade e abalão com sinistro movimento suas cadeias. Nos levantaremos os escravos.” (p. 13).

Para Gonzaga: “Nós temos a pátria da liberdade sobre nossas cabeças e a pátria escravizada sob os nossos pés. Viva a América independente.” (p. 14). Silvério, que era um dos revoltosos, na verdade estava de forma infiltrada no movimento e usava sua escravizada a mestiça Carlota como liberta para poder buscar informações e denunciar as pessoas envolvidas na conjuração, contudo a mesma não aguentava mais viver nessa situação:

> É verdade. Eu sou sua escrava, meu senhor, mas para que me fazer passar por livre, gozar de todos os prazeres da independência, ser a irmã quase de D. Maria? Não! Eu não quero mais; neste instante irei dizer-lhe, minha senhora, eu roubei sua confiança, roubei o seu amor; pois bem, Carlota a escrava vem denunciar Carlota livre; amaldiçoe esta, mas lembre-se daquela! (ALVES, 1875, p. 15).

Carlota, a escravizada utilizada por Silvério para realizar seus feitos, é retratada como quase tão branca como qualquer livre: “bela como uma serpente, pregando sermões como um frade, roubando uns papeis como um bandido, no mais bonita e quase tão branca como qualquer um de nós...” (p. 43). Perto do fim da obra



vemos que Carlota foi a primeira a morrer por conta da revolução e seu nome deveria se lembrado como um dos primeiros mártires do Brasil. “Pois bem; que o teu sangue puro caindo na face do futuro lembre-lhe o nome dos primeiros mártires do Brasil” (p. 66).

Em relação ao espetáculo, os jornais noticiaram mais de uma vez sobre o evento no teatro em benefício da *Ave Libertas*. Além da obra de Castro Alves também houve a apoteose *Liberdade* e representando a estátua da liberdade foi escolhida mais uma vez a pequena Julieta dos Santos que mantendo a tradição dos eventos concedeu a alforria a quatro cativos ao som do hino nacional e o hino de Castro Alves. Sobre a apresentação dos moços da faculdade de Direito, segundo as notícias foram de grande desempenho, e sempre que se baixavam os panos eram chamados a cena os atores e as atrizes que eram bastante aplaudidos e em uma das ocasiões foi oferecido dois boques de flores, as premiadas foram as atrizes Adelina Castro e Rosa Manhoça. Ao fim da bonita festa, houve a repetição do hino de Castro Alves.

O *Clube Abolicionista Martins Junior* também se aparelhou para realizar um evento utilizando os teatros. O clube produziu uma matiné onde foi apresentado o drama abolicionista em 3 atos: *Uma Scena da Escravidão* e uma comédia em um ato: *Consequência de um Rapto*. Foi escolhido o teatro de *Santo Antônio* para acontecimento da festa que começou as 10h da manhã. Para a realização dos discursos ficou sob a responsabilidade do acadêmico Anízio de Abreu. O poeta Castro Alves foi novamente lembrado nesse evento, quando foi recitado a sua poesia *O Navio negreiro*, outra poesia escolhida foi *O Abolicionista*, de José de Castro e Silva. Na entrada ficou uma comissão responsável de receber as doações daqueles que fossem prestigiar o evento.

Também no *Santo Antônio* aconteceu “a pedido geral” o segundo espetáculo em benefício da *Ave Libertas*, que foi dedicado a Dona Leonor Porto pelos serviços prestados a causa abolicionista. A programação teve a representação pela segunda vez na província e também para satisfazer os numerosos pedidos “o novo, importante e aplaudido” drama em 4 atos do Sr. Tito Cardoso de Oliveira: *A Honra na miséria* ou *o Crime na Opulência*. Para a representação dessa peça ficaram responsáveis atores e atrizes amadores e após o drama foi recitado pela primeira vez a poesia cômica do Sr. João Gonçalves, que foi escrita expressamente para a



noite *Tipos de Cara dura*. O responsável para representar o cara dura foi nada mais nada menos que o próprio autor. E também especialmente para a noite foi representado o entre ato cômico escrito por Lisboa: *Dois cães a um osso*, o qual foi desempenhado tanto pelo autor como por um tal de Lira. Entre os intervalos houve a concessão de alforrias. Segundo o *Diário de Pernambuco* foram três escravizadas felizardas com as cartas de manumissão já o *Jornal do Recife*, reduz a quantidade para duas.

O ano de 1884, foi um ano decisivo para a questão referente a escravidão no Brasil, nessa data além da libertação do Ceará também teve início os debates em relação a lei que ficou conhecida mais tarde como Lei do Sexagenário, contudo, o primeiro projeto foi bastante criticado pelos setores senhoriais que viram na referida norma um ato que iria sepultar de uma vez por todas o modelo servil não sendo, porém, os proprietários de escravos indenizados o que ocasionou uma grande revolta por parte dos fazendeiros. De acordo com Joseli Mendonça ao elencar as críticas dos opositores do projeto Dantas a autora aponta que: 'Considerando o projeto completamente inoportuno, a representação apontava que a abolição já vinha sendo convenientemente encaminhada pela lei de 1871, que era vista como "o modo mais justo e moderado de resolver a questão do elemento servil"' (MENDONÇA, 2008, p. 120).

Se para os senhores de escravos o projeto seria um passo para a abolição o que gerou seu descontentamento, por outro lado, os abolicionistas brasileiros comemoravam a situação. É possível lermos algumas notícias no *Jornal do Recife*, em que elenca o clima de alegria que inundava nas associações pela liberdade dos escravos de Recife. A *Comissão Central Emancipadora* enviou um telegrama ao Imperador e nele se lia que: "em nome das sociedades abolicionistas e dos cidadãos do Recife, reunidos em comício popular, aplaude a sabia resolução da V. M. Imperial sustentando o gabinete Dantas" (JORNAL DO RECIFE, Gazetilha, 2 de agosto de 1884, p. 1). A mesma comissão também enviou para o presidente do conselho também um telegrama parabenizando a atitude:

> A comissão Central Emancipadora, interpretando os sentimentos das sociedades abolicionistas do Recife e dos cidadãos reunidos em comício popular, felicita a V. Exc., pela attitude patriótica do ministerio em relação á questão do elemento servil, na esperança de



> que, em breve, raiará para o paiz a aurora da redempção total dos escravos (JORNAL DO RECIFE, Gazetilha, 2 de agosto de 1884, p. 1).

O comício público saiu pelas ruas do Recife em comemoração e ao chegar na rua da Imperatriz, aproximando-se da empresa do Sr. Bougard, foi observado que o prédio estava completamente iluminado por luz elétrica e em um globo era possível ler as palavras "*Viva a Liberdade*", produzindo um bonito efeito e sendo respondido com vivas ao senhor Bougard. Mais uma vez se destaca o uso da energia elétrica como forma simbólica de simpatizar com a causa sobre a libertação dos escravizados. O *Clube Abolicionista* após uma reunião entre seus membros também se dirigiu ao governo imperial para demonstrar as felicitações em relação a defesa do direito dos escravos defendido pelo ministério Dantas e apontava a comissão do mesmo clube:

> O movimento emancipador, que hoje convulsiona o paiz inteiro, e á frente do qual se acha V. Exc., como continuador da grande obra de Euzebio de Queiroz e Rio Branco, ai, por um lado, encontra franco e decidido apoio das pessoas que no coração alimenta os verdadeiros princípios da moral christã, por outro, vê-se a braços com a numerosa falange daquellas que antepõem os seus interesses aos da sublime causa da liberdade. É uma luta de princípios e de sentimentos desmedidamente oppostos. Que nunca falte a V. Exc., o necessário valor para prosseguir na arrojada empresa começada, tenha V. Exc., sempre o desprezo para esta espécie de homens, que, em satisfação do seu egoísmo, despedaçam o rotulo com que se apresentam na vida politica, e, será, decisivo o triumpho de V. Exc. (*Idem*.).

Enquanto se discutiam o futuro dos escravizados nas esferas políticas, as atividades realizadas pelas sociedades em favor dos escravizados continuavam a todo vapor no intuito de propagar as ideias sobre o fim do cativeiro e conseguir juntar donativos para a compra da liberdade dos cativos. Se a partir dessa uma visão do futuro em que era possível comemorar que o momento derradeiro da liberdade dos cativos que se aproximava por conta dos debates sobre a Lei do Sexagenário, talvez, foi pensado por parte dos militantes que era o momento era de intensificar então as atividades.

As ações que usaram os teatros em prol da escravidão começaram a diminuir no ano de 1885 e já no ano de 1886 não encontramos mais notícias sobre os



eventos pois foram depois proibidas as atividades principalmente no teatro de *Santa Isabel*, sendo isso uma regra imposta pelo governo provincial onde foi decidido fechar as portas desse local para espetáculos de cunho libertador. Contudo, o movimento marcou presença entre as diversas atuações existentes em Pernambuco como em outras partes do império que tinha a intenção de propagar a ideia em relação a questão do modelo escravista de trabalho como também aproximando o maior número possível de pessoas para engrossar as fileiras em defesa do fim do modelo servil.

Referências

ALONSO, Angela. **A teatralização da Política**: a propaganda abolicionista. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPHU, São Paulo, julho 2011.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88). 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco**. O negro no imaginário das elites século XIX. 3ºed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Irmão ou inimigo**: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. Revista USP, São Paulo (28); 96 – 109, dezembro/ fevereiro 95/96.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Quem precisa de São Nabuco?** Revista Afro-Ásia, Salvador, ano 23, n. 1, 2001, pp. 85 – 97.

BARBOSA, Edson Holanda Lima. "**Ela diz ser cearense**": escravos e retirantes contra as correntes do tráfico interprovincial entre fronteiras do Norte (1877 – 1880). In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P.T.. **Tornando-se Livre**: Agentes Históricos e Lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

CASTILHO, Celso. **"Ao teatro, pelos cativos!"**: uma história política da abolição no Recife. In: CABRAL, Flavio José Gomes, COSTA, Robson (Org.). **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CASTILHO, Celso. **"Propõem-se a qualquer consignação, menos de escravos"**: O problema da emancipação em Recife, c.1870. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P.T.. **Tornando-se Livre**: Agentes Históricos e Lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.



CASTILHO, Celso; COWLING, Camila. **Bancando a Liberdade, Popularizando a Política**: Abolicionismo e Fundos Locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, 47, 2013.

CARVALHO, Marcus J. M. de.. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma História das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney **A força da escravidão**: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FONER, Eric. **O significado da Liberdade**. Revista Brasileira de História. São Paulo v.8, n. 16, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico***:* Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. 2. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**: A Lei do Sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil. 2. ed.. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885**. In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840). São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 233.

MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática. 1988.

ROSAS, Suzana Cavani. **Os *Meetings***: uma cultura política do segundo reinado. In: MEL, Patrícia Pinheiro de; ROSAS, Suzana Cavani (Orgs.)**. Poder, Sociabilidades e Ambiente**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 126.

SANT'ANN, Thiago. "**Noites Abolicionistas**": as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870 – 1888). OPSIS, Revista do NIESC, v. 6, 2006.

SANTOS, Claudia Regina Andrade de. **Na rua, nos jornais e na tribuna**: A confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da Abolição. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P.T.. **Tornando-se Livre**: Agentes Históricos e Lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.



SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **O 25 de março de 1884 e a luta pela libertação dos escravos em Pernambuco**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. n. 33.2. 2015.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: Uma investigação de história cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. **Resistência Negra, Teatro e Abolição da Escravatura no Brasil**. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 179 (476): 287 – 304, jan./ abr. 2018.

SILVA, Leonardo Dantas. **A Abolição em Pernambuco**: Apresentação e organização de Leonardo Dantas Silvas. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1905.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **As ações das sociedades abolicionistas na Bahia** (1869 – 1888). 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. "**Iô – Iô Carigé dá cá meu papé"**: a atuação da sociedade libertadora baiana e a agência escrava nos últimos anos da escravidão (1883 – 1888). 5º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **A escravidão em cena**: teatro e abolição na Bahia oitocentista (1884 – 1888). XXVII simpósio nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, Natal – RN. 22 a 26 de julho 2013.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **A Sociedade Libertadora Sete de Setembro e o encaminhamento da questão servil na província da Bahia (1869 – 1878)**. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P.T.. **Tornando-se Livre**: Agentes Históricos e Lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto No Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Silva Cristina Martins de. **Cantando e encenando a escravidão e a abolição**: história, música e teatro no Império brasileiro (segunda metade do século XIX)**.** 4º encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.